A Independencia do Pará

Em curto frecho de tempo e em serie brilhante se têm succedido as commemorações do Centenario da Independencia, segundo as datas em que se integraram na Patria Livre as varias Provincias brasileiras, e, o que é melhor e altamente consolador para o nosso patriotismo, tem vibrado forte em todas ellas a alma nacional.

A's grandiosas festividades em que se expandiu o enthusiasmo da Bahia celebrando os prelios feridos em Pirajá e Cabrito, endeusando a memoria de Labatut e Soror Joanna Angelica e assegurando a innumeros de seus filhos logar de eminencia na lista luminosa dos constructores da nossa nacionalidade (e tal preito é merecido e justo pois não soffre contestação que elles fizeram a Independencia do Brasil a 2 de Julho de 1823), ás festividades Bahianas seguiu-se o enthusiasmo da população Maranhense, incendida no proposito generoso e louvavel de recordar na altura devida os feitos dos seus maiores, irmanados até o glorioso remate, com os patriotas Cearenses, guiados por Tristão e Filgueiras.

Cabe hoje ao Pará commemorar tambem o seu grande dia.

Si das Provincias foi a derradeira a se ajuntar ao Brasil libertado do dominio Luso, deve-se uma tal demora ás condições especiaes em que foi encontral-o o movimento nacionalista.

Representavam-no nas Côrtes deputados tão servis

e tão arraigados aos interesses reinóes que ao surgir em Lisboa a miseravel proposta de se mutilar o Brasil em beneficio da França, sob a condição dessa Potencia fornecer armamento e tropas que fossem esmagar as Provincias do Sul, nenhum delles se sentiu na obrigação de erguer a voz para protestar, nenhum teve assomos de indignação; subjugava-os uma Junta dedicada em extremo á adhesão á Metropole, jungida ao carro da mais ferrenha obediencia ao governo de Lisboa; forças militares, respeitaveis pelo numero e disciplina, impediam com severidade que o movimento coroado de optimo resultado no Sul ganhasse terreno e se extendesse ao extremo do Norte do paiz; a população, porque não dizel-o, naquellas terras, onde o elemento Português era absoluto dominador pelo numero, riqueza e influencia politica, julgava-se feliz com os Decretos de alem mar, mal comprehendia que se pudesse viver sem os olhares *paternaes* d'El Rei Nosso Senhor. Ainda hoje, em Belem a colonia Portuguêsa domina como a maior proprietaria de predios e tem em suas mãos o commercio de grosso trato.

Não admira, pois, marcharem ali com lentidão os propositos libertadores. Em todo caso, a idéa de um Pará Brasileiro ia aos poucos ganhando terreno; dia a dia, fazia-se mais crescido o numero dos que acreditavam e trabalhavam pela victoria das suas legitimas aspirações. O incendio alastrava-se, sorrateiro.

Em boa hora para a causa Brasileira, deixou de haver inteira harmonia entre os poderes militares e civis, a cujo cargo estava a publica administração; em boa hora surgiu a Imprensa, representada pelo *Paraense.*

E' o *Paraense* um titulo de benemerencia para Felippe Patroni, valente lidador em Portugal e na terra do seu berço, que mais tarde teria tambem de se envolver no Ceará na agitação politica, que apadrinhavam os *Columnas*, dentre os quaes se distinguiram por sua incontestavel influencia o padre Antonio Manoel de Souza e Pinto Madeira. Este ultimo, votado ao

odio dos homens de 17 e 24, pagou com a vida seu apêgo ás ideas de absolutismo, sua opposição á victoria de 7 de Abril.

O *Paraense*, na sua 1.ª phase, é certo mostrou-se um tanto manietado ás inspirações e exigencias da Junta Governativa e dos demais interessados pelo não afrouxamento dos laços de união com Portugal, mas logo as pennas dos padres Baptista Campos, o eterno conspirador, e Silvestre da Serra, imprimiram-lhe orientação no sentido separatista, fazendo rude e tenaz campanha contra a prepotencia dos militares, mormente a do Governador das Armas José Maria de Moura. «Periodico incendiario» chamava-lhe a Junta em sua correspondencia com o Soberano Congresso.

Nem a prisão, nem o recrutamento, nem o suborno conseguiram reduzir ao silencio a imprensa local e pôr um dique ás correntes da opinião, já então mais resoluta e excitada com as noticias das occurrencias do Rio de Janeiro, e com os actos do Principe D. Pedro.

Raiou o anno de 1823. A 19 de Janeiro procedia-se em Belem ao juramento da nova Constituição Politica, decretada pelas Côrtes e acceita por D. João VI, e, para que o acto se revestisse da maxima solennidade, muito se empenharam a Junta Civil e os poderes militares, mas logo no mez seguinte a desharmonia entre elles se accentuava de tal sorte, crescia a ponto de a 1.º de Março ser a Junta deposta pelas tropas sob o mando de João Pereira Villaça, de completo accordo, já se vê, com o Governador das Armas, de astucia vulpina.

Deposta foi igualmente a Camara Constitucional de Belem, de recente creação, empossada havia dois dias. Era ella composta de Brasileiros. Explica-se, pois, o attentado; a Junta, declarada *frouxa* e *inhabil*, carecia ser substituida, embora a mão armada, por outra de todo adstricta, completamente partidaria e affeiçoada aos Europeus: dahi o acto de desmarcada prepotencia.

Seguem-se então as prisões, as deportações, os

homizios, o recrutamento, mas os muros do Quartel das Mercês eram fracos e pequenos para conter a onda da vontade popular. O sopro da reacção, intensificando-se, fortalecendo-se de mais em mais, ia se diffundir pelas localidades do interior, levado principalmente por aquelles mesmos que o despotismo de Moura e seus asseclas roubára ás doçuras do lar, ás caricias da familia com o castigo da deportação. Não se agrilhoam almas, não quebrantam dôres physicas aos animos varonis. Debalde arroxeiam cadeias os braços de quem se votou á liberdade.

Chegado era agora o momento de no proprio seio da tropa ter adhesões a boa causa, e por ella relampejaram ao sol as espadas de muitos dos officiaes do 2.º e 3.º Regimentos da 1.ª Linha. Era cedo ainda. Rompido a 14 de Abril, o movimento não se coroou de resultado. O capitão Boaventura Ferreira da Silva, o chefe, e os demais Officiaes foram conduzidos para a Fortaleza da Barra e dos conspiradores civis ficou atulhada a cadeia da cidade. Mais que isso queriam os chefes Europeus; na sanha de vindicta feroz talvez antegozassem o quadro sinistro da forca, o secco crepitar do fusil homicida na praça publica, deante da multidão abatida e horrorizada.

Salvou os conjurados uma indicação do Vigario Geral do Bispado e Presidente da Junta, padre Romualdo de Seixas Barroso, o futuro Arcebispo da Bahia e Marquez de Santa Cruz. Que os papeis da devassa fossem remettidos ao governo de Lisbôa, que os reus aguardassem lá a Regia decisão, alvitrava a proposta.

Approvada por todos os membros da Junta, menos um, a indicação salvava a vida a mais de duas centenas de patriotas. Nem a todos salvou. Apinhados no estreito bojo de uma galera, os implicados no movimento de 14 de Abril e os que haviam feito em Maio o levante, tambem infeliz, da Ilha de Marajó, chegavam ao Tejo pelo meiado de Setembro, mas desfalcado seu numero de alguns, que a morte arrancá-

ra aos grilhões, entre o balouçar indifferente das vagas e sob o luzir de estrellas, que não eram as da patria amada. Outros, em numero avultado, teriam de succumbir, victimas da variola e dos maus tratos, dentro da torre de S. Julião da Barra.

E já longinquo se fazia o momento do grito do Ypiranga!

Submettido, de novo, Portugal ao regimen absolutista, dissolvidas as Côrtes, e a noticia desses acontecimentos foi trazida pelo Bispo D. Romualdo, de regresso á Provincia, começa a crescer o enthusiasmo dos Paraenses e, por sua vez, a arrefecer o dos opposicionistas á causa que pleiteavam.

Está a tocar a meta o grande esforço para a libertação. Apressam o cubiçado desfecho os desastres das tropas Portuguêsas da Bahia e as victorias dos patriotas no Piauhy e Maranhão. Surge a 10 de Agosto na barra de Belem o brigue de guerra «Maranhão». Commanda-o Pascoe Grenffel, que se apresenta como emissario de Lord Cockrane, com poderosa armada, nas aguas Paraenses. Nenhuma armada havia nas visinhanças. Era um ardil, já utilizado com exito na provincia visinha pelo Almirante, em pessoa, e que ia se coroar de identico resultado.

Congregam-se, a 11, os proceres da politica, os chefes civis e militares para discutirem qual o rumo a tomar ante a situação, toda cheia de aprehensões e ameaças, e fica resolvido, apenas com os votos em contrario do ferrenho Commandante das Armas e de um dos militares, que se reunisse o Pará ao Imperio do Brasil. Estava ganha a causa dos patriotas Paraenses; surgia afinal para o extremo Norte o Sol da Liberdade.

A 15 do mez, prestava-se o solenne juramento da adhesão á Independencia e fidelidade ao moço Imperador, e ao som das salvas do brigue de Grenfell, correspondidas por todos os fortes e baterias da cidade, eram içadas e tremulavam á viração bandeiras que o povo em delirio saudava e acclamava. Não eram as Quinas Portuguezas. Não eram as bandeiras

brancas dos insurrectos de Marajó, essas que foram, irritante e dolorosa lembrança, arrastadas pelo chão, calcadas aos pés dos vencedores, quando atravessavam o Largo dos Quarteis em majestosa parada, sob arcos triumphaes. Nos navios e fortalezas, sim, já tremulava um novo pavilhão. Era o symbolo augusto da nossa Patria una, indivisa, integrada. Era o pendão auri-verde, o das côres da esperança e luz do sol. Era a Bandeira Brasileira.

Barão de Studart.

15 de Agosto de 1923.